

23 - MINISTÉRIO DAS CIDADES - MCID

A criação do Ministério das Cidades constituiu um fato inovador nas políticas urbanas, na medida em que superou o recorte setorial da habitação, do saneamento e dos transportes para integrá-los levando em consideração o uso e a ocupação do solo. Sua estrutura constitui hoje um paradigma, não só em território brasileiro, mas como em toda a América Latina. Outro aspecto fundamental de sua criação está na busca da definição de uma política nacional de desenvolvimento urbano em consonância com os demais entes federativos (Municípios e Estados), demais Poderes do Estado (Legislativo e Judiciário) além da participação da sociedade, visando a coordenação e a integração dos investimentos e ações nas cidades do Brasil.

Aproximadamente 80% da população brasileira mora em cidades. Com a criação do Ministério, o Governo Federal ocupa um vazio institucional e cumpre um papel fundamental na política urbana e nas políticas setoriais de habitação, saneamento e transporte, reforçando a orientação de descentralização e fortalecimento dos Municípios definida na Constituição Federal de 1988.

Em 2003, o Ministério deu andamento às ações da antiga Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano – SEDU, buscando recuperar obras paralisadas (1.600 obras contratadas entre 2001 e 2002) e ampliando os recursos do orçamento da União para a Urbanização de Favelas (Programa Habitar-Brasil/BID - HBB) e, também, os investimentos do PSH - Programa de Subsídio Habitacional. O HBB investiu um total de R\$ 120 milhões o que equivale ao dobro dos recursos investidos nos últimos 3 anos e o PSH beneficiou 62 mil famílias, três vezes mais do que no ano de 2002.

Como gestor dos recursos do FGTS destinados à habitação, saneamento e transporte urbano, no Governo Federal, iniciou um novo relacionamento com a Caixa Econômica Federal (operador dos recursos) redefinindo a distribuição dos recursos (R\$ 4,8 bilhões em 2003) com a finalidade de priorizar a população de renda entre 0 e 5 salários mínimos, onde se concentra 90% do déficit habitacional. Trabalhando em parceria com a Caixa, o Ministério garantiu a contratação de R\$ 1,7 bilhão do FGTS em 2003 para a área de saneamento (água, esgoto, drenagem e destinação de resíduos sólidos), número 6 vezes ao que foi contratado nos últimos 4 anos (R\$ 273 milhões).

A racionalização das Ações (especialmente na área do saneamento) e reorientação dos recursos dos programas em andamento são mudanças significativas introduzidas e estamos implementando a proposição das novas políticas que estão começando a criar um novo paradigma para o desenvolvimento urbano no Brasil.

As novas políticas são inspiradas no documento resultante da Conferência Nacional das Cidades, de outubro de 2003 o qual fornece as prioridades e diretrizes da política urbana. O pacto de construção das propostas geral e setoriais já está em vigor. Enquanto se dá o detalhamento da política de desenvolvimento urbano dá-se também a definição das políticas setoriais. Em dezembro de 2003 o Ministério entregou ao Presidente da República uma proposta de Política Nacional para o Saneamento Básico com dois Projetos de Lei - PL que sugerem o novo marco regulatório para o setor. Já está definido também o Termo de Referência para a elaboração de Planos Diretores e já foi lançado o Programa “Papel Passado” de regularização fundiária de áreas precárias. Foi implementado o Programa Pró-transporte que prevê o financiamento de obras para o transporte público com recursos do FGTS. Está sendo elaborado um novo Sistema Nacional de Habitação que abrangerá a revisão dos programas financiados pelo FGTS e a regulação do financiamento imobiliário. Um Programa que fará parte do novo sistema, o PEHP- Programa Especial de Habitação Popular, criado pelo Presidente da República e aprovado no Congresso Nacional, com as características da nova política: flexibilidade e diversidade nas possibilidades de aplicação, parcerias, agentes e produtos. Isto significa que não haverá paralisação dos investimentos para a implementação do novo sistema. A transição da situação atual para um novo sistema está sendo executada com o cuidado necessário.

Na área do Trânsito o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN buscou, em 2003 implementar de fato o Código de Trânsito Brasileiro com a finalidade de diminuir a tragédia das 30.000 mortes anuais decorrentes da má gestão e da falta de educação nessa área. Iniciou em 2003 com término previsto para 2004, a integração nacional do registro das infrações de trânsito (RENAINF) além de uma grande campanha educativa e início da definição do Modelo de Inspeção Veicular.

A nova gestão da CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos encontrou um cenário bastante difícil devido às obras paradas e gestão precária das obras ou dos sistemas em operação. Foi desenhado um novo modelo para a regionalização do sistema de trens visando dar critérios de racionalidade e desempenho aos

investimentos feitos pelo Governo Federal e exigindo a integração intermodal e intergovernamental (Municípios, governo estadual e federal).

É importante lembrar que em 2002 o Ministério não existia e sua institucionalização, no início de 2003, exigiu da pequena equipe que o compõe, ao lado dos feitos descritos acima e adiante, a elaboração de Decreto e Regimento de criação do Ministério, o PPA - Plano Plurianual 2004/2007, o orçamento de 2004 além das tarefas de formação das equipes e implementação da sua estrutura administrativa e financeira. Paralelamente a essas tarefas, todos os participantes do corpo de funcionários, a equipe dirigente e o Ministro se envolveram no extenso processo que culminou na Conferência Nacional das Cidades e na eleição do Conselho Nacional das Cidades. A seguir, serão apresentadas as principais Ações desenvolvidas em 2003, bem como os resultados alcançados na execução dos Programas governamentais.

Nosso Bairro

Objetiva melhorar a condição de vida das famílias com renda mensal de zero a três salários mínimos, que vivem em assentamentos situados nas aglomerações urbanas, por meio de ações integradas de habitação, saneamento e infra-estrutura urbana. Assim, a União, em parceria com os Estados, Municípios e o Distrito Federal, atua visando promover o desenvolvimento urbano em áreas que oferecem pouca ou nenhuma atratividade para a iniciativa privada, viabilizando a cobertura desses serviços.

Neste Programa, a *Ação Financiamento a Estados e Municípios Para Implantação de Melhorias Habitacionais* (Pró-Moradia), consiste em atender famílias de baixa renda, por meio do setor público, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Esta Ação, por se efetivar através de empréstimo com retorno, vem sofrendo as conseqüências da política fiscal do Governo Federal que busca o equilíbrio das contas nas diversas esferas da administração pública.

Em 2003, foram executadas 18 operações no Estado da Bahia, contratadas no final de 2002, com investimentos de R\$ 62 milhões, onde serão beneficiadas cerca de 9 mil famílias. Foram ainda selecionadas, com vistas à contratação com recursos do orçamento do FGTS de 2003, mais 21 operações com o Estado da Bahia, envolvendo investimentos da ordem de R\$ 64 milhões, que irão beneficiar 8.640 famílias e, ainda, 5 operações com o Estado do Ceará, comprometendo investimentos de R\$ 54 milhões, que trarão benefício a 6.700 famílias.

A *Ação Apoio à modernização institucional dos Municípios para atuação na melhoria das condições do setor habitacional no segmento das famílias de baixa renda* (Habitar-Brasil/BID - Desenvolvimento Institucional de Municípios) objetiva apoiar o Município, fortalecendo sua capacidade institucional, técnica e administrativa, para que possam atuar na solução dos problemas habitacionais urbanos de famílias de 0 a 3 salários mínimos e implementar alternativas para evitar o surgimento de novos assentamentos em condições precárias.

Em 2003, podemos contabilizar 104 Municípios beneficiados com ações de capacitação para prefeituras implementarem políticas públicas voltadas à melhoria das condições habitacionais da população de baixa renda. São ações de apoio e de financiamento para elaboração de estudos (plano diretor, política habitacional, plano de regularização fundiária, etc.), capacitação dos agentes públicos locais e aquisição de equipamentos.

A *Ação Melhoria das Condições Habitacionais, de Infra-Estrutura e de Saneamento Básico* (Habitar-Brasil/BID - Urbanização de Assentamentos Subnormais-UAS) tem por objetivo promover intervenções em assentamentos precários, implementando projetos integrados de urbanização, discutidos e aprovados previamente com a população da área a ser beneficiada. Integram esses projetos as ações, obras e serviços que proporcionem a superação de todas as condições de subnormalidade desses assentamentos habitacionais e regulares, carentes de serviços públicos essenciais, bem como a recuperação social das famílias, mediante a execução de projetos de apoio e orientação, de educação fundamental, de capacitação profissional, de geração de trabalho e renda, de educação sanitária e ambiental, ressaltando que devem ser implantados a partir da assinatura do contrato de repasse e ter continuidade por um ano após a conclusão das obras.

A partir desse exercício foi conferida absoluta prioridade na execução desta Ação. Neste ano, foi alocado um volume maior de recursos do que nos 3 anos de existência do Programa. Isto equivale a dizer que, de setembro de 1999 a dezembro de 2002, foram aplicados R\$ 63 milhões e somente em 2003 foram empenhados R\$ 120 milhões em favor do Programa. O total dos empenhos realizados já está beneficiando 42.186 famílias com obras de urbanização de assentamentos precários.

Morar Melhor

Objetiva viabilizar o acesso à moradia, bem como elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida das famílias de baixa renda, assim consideradas aquelas com rendimento mensal de até três salários mínimos, que vivem em localidades urbanas e rurais. Atua nas regiões de maior concentração de pobreza do país, constituindo-se em um dos instrumentos da política social do governo, dirigido a áreas com frágil base econômica, com renda mensal familiar de até 3 salários mínimos, que exercem pouca ou nenhuma atratividade para a iniciativa privada.

No exercício, na *Ação Melhoria das Condições de Habitabilidade*, foram efetivamente beneficiadas 229 mil famílias com construção e recuperação de moradias. Se considerarmos o período entre 2000 e 2003, são 2.075 obras na área de habitação, beneficiando cerca de 401 mil famílias com a construção e recuperação de moradias, com recursos da ordem de R\$ 270 milhões. Outras obras contratadas encontram-se em fase de execução.

Quanto às ações que eram do *Programa Morar Melhor* e migraram para o *Saneamento é Vida* em 2002, foram concluídas 993 obras até o exercício de 2003, beneficiando cerca de 3.336 mil famílias, destas 1.853 mil foram beneficiadas em 2003. As intervenções abrangeram implantação, ampliação ou recuperação de sistemas de abastecimento de água ou esgotamento sanitário, como também ações voltadas para a coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, envolvendo recursos da ordem de R\$ 178,7 milhões.

A edição da Medida Provisória nº 134, de 24 de outubro de 2003, abriu crédito extraordinário, no valor de R\$ 80 milhões, em favor do Ministério, ao tempo que criou nova Ação no *Morar Melhor*, intitulada *Apoio à Habitação Popular*. Esses recursos deram suporte à contratação de 18 operações, no valor de R\$ 48,7 milhões, que irão beneficiar 7.758 famílias. Merecem destaque as intervenções que serão realizadas em Belém/PA para melhoria das condições de habitabilidade de famílias que vivem em palafitas; aquisição de imóveis em áreas centrais do Município de São Paulo/SP com o objetivo de promover sua requalificação para uso habitacional; o atendimento a cooperativas habitacionais de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, bem como as obras para recuperação de áreas de risco em Belo Horizonte.

Carta de Crédito

Primordialmente de natureza extra-orçamentária, o Programa *Carta de Crédito* é um instrumento de política habitacional, que oferece apoio financeiro e técnico adequado a famílias, para contribuir no encaminhamento da solução do seu problema habitacional. Proporciona, também, definições básicas para o setor produtivo planejar suas atividades, a médio e longo prazo. O modelo introduzido pela *Carta de Crédito* busca estimular o funcionamento de um modelo concorrencial e abrangente para o mercado habitacional, que contribua para favorecer a sua expansão e ampliar a escala da estrutura produtiva do setor.

Sua operacionalização é simples, descentralizada e atende às necessidades dos diferentes segmentos de renda da sociedade. Além disso, abrange todo o território nacional e pode ser facilmente integrado a outros programas e ações desenvolvidas por outros órgãos/níveis de governo e por organizações do setor não governamental. Dessa forma, incorpora os princípios básicos da política habitacional do Governo Federal, quais sejam: descentralização, articulação de fontes financeiras, participação de partes interessadas, democratização de acesso ao crédito, estabilidade e continuidade operacional, complementaridade, apoio ao setor privado no planejamento e execução da produção e, principalmente, apoio às famílias na solução dos seus problemas habitacionais.

Desde a sua introdução, já foram outorgadas mais de 1.835.000 cartas de crédito, envolvendo recursos da ordem de R\$ 30,0 bilhões. No exercício de 2003, foram concedidos mais de 247 mil créditos habitacionais a pessoas físicas, com aplicações da ordem de R\$ 3,8 bilhões, tendo sido ultrapassadas as metas agregadas para o exercício.

A Caixa Econômica Federal - CAIXA operou o Programa por meio de mais de 1.900 postos de atendimento, fazendo chegar as facilidades da *Carta de Crédito* a todas as regiões e Estados da federação.

Entre as ações da *Carta de Crédito* destaca-se o *Subsídio à Habitação de Interesse Social* (PSH), que objetiva tornar acessível a moradia para os segmentos habitacionais de baixa renda. A Ação utiliza recursos da União (OGU) para subsidiar, de forma complementar a financiamentos habitacionais, operações habitacionais de interesse social contratadas com pessoas físicas.

PROGRAMA CARTA DE CRÉDITO - VALOR DE FINANCIAMENTO E Nº DE UNIDADES POR AÇÃO (PERÍODO 2003)

AÇÃO	VALOR FINANCIAMENTO	QTD. UNIDADES
Subsídio à Habitação de Interesse Social (mp nº 2.212, de 2001) OBS: Exclus. op. da CEF	139.719.760	(*)
Carta de Crédito a pessoas físicas para reforma de unidade habitacional	414.249.800	62.515
Carta de Crédito a pessoas físicas para aquisição de imóvel novo ou usado	1.997.620.866	79.246
Carta de Crédito Associativa	430.134.364	24.710
Carta de Crédito a pessoas físicas para construção em terreno próprio	839.803.788	81.153
TOTAL	3.821.528.578	247.624

Fonte: CEF(*) A quantidade de famílias beneficiadas com subsídios (26.114) estão consideradas nas demais ações.

Minha Casa

O Programa *Minha Casa*, criado em abril de 1999, por intermédio da Medida Provisória nº 1823 (atual Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001), objetiva alterar o paradigma da casa própria, oferecendo às famílias com rendimento mensal de até 6 salários mínimos, arrendamento residencial com opção futura de compra. É dirigido às regiões metropolitanas e centros urbanos de grande porte, incluindo todas as capitais estaduais e Municípios cuja população urbana seja igual ou superior a 100 mil habitantes, onde o déficit habitacional brasileiro demonstra, por intermédio das favelas, cortiços e áreas invadidas, sua mais cruel expressão.

É, ainda, financiado pelo Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, formado por recursos oriundos de empréstimo obtido junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (R\$ 2,4 bilhões), somado a recursos provenientes de transferência, a fundo perdido, de outros fundos e programas federais em extinção, a saber: Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS (R\$ 200 milhões); Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL (R\$ 149 milhões); Programa de Difusão Tecnológica para Construção de Habitação de Baixo Custo - PROTECH (R\$ 21 milhões); e Fundo de Desenvolvimento Social - FDS (R\$ 230 milhões).

De 1999 até 2002 foram contratados empreendimentos que totalizaram mais de 88 mil unidades residenciais, representando, para o FAR, um investimento da ordem de R\$ 1,889 bilhão. Somando-se a execução do exercício 2003, o Programa atinge o expressivo volume de R\$ 3 bilhões aplicados, resultando na produção de mais de 132 mil unidades, conforme quadro que se segue.

PROGRAMA MINHA CASA - EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS E UNIDADES HABITACIONAIS

ANO	INVESTIMENTO (R\$)	Nº DE UNIDADES HABITACIONAIS
1999	131.725.458	6.958
2000	608.148.942	31.005
2001	423.188.824	20.315
2002	726.163.103	30.271
2003	1.116.600.000	43.925
TOTAL	3.005.826.327	132.474

Fonte: Caixa Econômica Federal

No ano de 2003, o Programa *Minha Casa* registrou seu melhor desempenho, em termos quantitativos, na medida em que aplicou, além do maior volume de recursos desde a sua criação, a totalidade do orçamento disponibilizado para o exercício. Também em termos qualitativos observou-se melhor desempenho, em vista dos índices alcançados no atendimento a famílias com renda mensal de até 4 salários mínimos. No atendimento a essa faixa de renda registra-se a contratação, após julho/2002, do volume de R\$ 475 milhões em unidades com custo compatível com a capacidade desse público-alvo. Outro aspecto que evidencia essa priorização é a constatação de que mais de 57% dos arrendamentos efetuados no exercício de 2003 foram realizados por famílias com renda mensal inferior a 4 salários mínimos.

Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H

Trabalha com duas questões centrais ao setor da construção civil: a melhoria da qualidade e a modernização produtiva. Envolve um espectro relativamente amplo de ações, entre as quais: *qualificação de construtoras e de projetistas, melhoria da qualidade de materiais, formação e re-qualificação de mão de obra, normalização técnica, capacitação de laboratórios, aprovação técnica de tecnologias inovadoras e melhoria nos processos de comunicação e troca de informações.*

Tais ações visam o aumento da competitividade no setor, a melhoria da qualidade de produtos e serviços, a redução de custos e a otimização do uso dos recursos públicos. Seu objetivo de longo prazo é criar um ambiente de isonomia competitiva que propicie soluções mais baratas e de melhor qualidade para a redução do déficit habitacional no país e, em especial, o atendimento das famílias consideradas de interesse social. O Programa é coordenado de forma descentralizada, contando com a parceria técnica, operacional e financeira das principais entidades que atuam no setor da construção civil, por meio de representantes estaduais públicos e privados.

No ano de 2003, o PBQP-H atingiu os seguintes resultados: fixação de representantes em 22 Unidades da Federação; acompanhamento da implementação do Sistema de Qualificação de Empresas de Serviços e Obras - (SiQ); acompanhamento dos Acordos Setoriais para uso do poder de compra público e privado em 17 Unidades da Federação; credenciamento de 15 Organismos Certificadores Credenciados - OCCs; participação no Programa de mais de 3.000 empresas da construção civil, sendo 1.313 delas já qualificadas em algum dos níveis do SiQ; acompanhamento do Sistema de Qualidade de Materiais e Componentes de Construção, por meio do monitoramento de 24 Programas Setoriais da Qualidade - PSQs, e mais três em fase de avaliação.

Alcançou, ainda, a desejada transversalidade junto aos programas do Ministério das Cidades por meio da IN nº 05 de 21 de novembro de 2003 Na mesma linha de parceria com outros órgãos, ocorreu a assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre Ministério das Cidades, Ministério do Trabalho e Emprego e agentes da Cadeia Produtiva visando a capacitação e a inserção de jovens no mercado de trabalho, por meio do Programa *Primeiro Emprego*. A participação do PBQP-H no Fórum de Competitividade da Construção Civil no MDIC igualmente reforça a transversalidade atingida pelo Programa em 2003.

No exercício de 2003, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA empenhou-se em promover a coordenação das iniciativas de saneamento ambiental no âmbito do Governo Federal, uma vez que, anteriormente, 80 (oitenta) Ações encontravam-se dispersas em 24 (vinte e quatro) Programas sob a responsabilidade de 8 (oito) Ministérios e de duas Instituições Financeiras da União. Atualmente, com a constituição do Grupo Interministerial, criou-se condições para o estabelecimento de um mecanismo de atuação cooperativo entre os órgãos intervenientes, culminando em 2003 com a execução sob gestão colegiada e centralizada de 5 (cinco) Programas unificados de saneamento ambiental no PPA 2004-2007, com execução descentralizada. Este Modelo de Gestão necessita ser consolidado e aprimorado, de forma a qualificar e potencializar, cada vez mais, os benefícios dos investimentos efetuados com os recursos federais.

Saneamento é Vida

Tem como objetivo a universalização do atendimento às populações urbanas, com serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta e destinação final de resíduos sólidos urbanos, que refletirá diretamente na reversão do quadro de degradação ambiental das áreas urbanas e na melhoria da saúde da população, contribuindo, conseqüentemente, para o resgate da cidadania. Tem como fontes de recursos o Orçamento Geral da União, FGTS e recursos externos, tendo sido realizado no exercício de 2003, os seguintes investimentos:

Com recursos do FGTS, enquadrou, hierarquizou e selecionou pleitos de financiamento, nas modalidades de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Desenvolvimento Institucional dos Estados do AM, CE, MA, MG, PA, PR, PI, RN, SP, SE, PB e DF. Esses empreendimentos, contratados pelo agente financeiro - CAIXA no ano de 2003, num montante de R\$1,64 bilhão com recursos do FGTS e aproximadamente R\$ 243 milhões de contrapartida dos Estados, totalizando R\$ 1,88 bilhão de investimento no setor, que beneficiará aproximadamente 2,0 milhões de famílias em aproximadamente 180 Municípios e gerará 303 mil empregos, números esses que, conforme quadro abaixo, se situam bem acima dos alcançados em anos anteriores.

QUADRO DE INVESTIMENTOS NO PERÍODO 1999-2002 E 2003

ANO RESULTADOS	1999 a 2002	2003
Empréstimo / (em R\$ milhões)	273	1.643
Contrapartida / (em R\$ milhões)	41	243
Investimentos / (em R\$ milhões)	314	1.886
Famílias Atendidas / (em mil)	349	2.095
Empregos Gerados / (em mil)	50	303

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/MCidades

Com recursos do Orçamento Geral da União, para as Ações *Implantação de Serviços de Saneamento Básico em Municípios com População Superior a 75 mil habitantes, Implantação de Serviços de Saneamento Básico em Municípios com População até 75 mil habitantes, Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água e Implantação e Ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos*, foram

destinados recursos para intervenção no Município de Guaribas/PI, beneficiando aproximadamente 48 mil famílias e geraram aproximadamente 4 mil empregos. Foram, ainda, empenhados R\$ 40 milhões e inscritos em Restos a Pagar para o exercício de 2004 e como exemplos de obras relevantes, podemos citar ainda: abastecimento de água da Vila Irmã Dulce e Adjacências no Piauí, com um investimento de R\$ 4,5 milhões do MCidades e R\$ 500,0 mil de contrapartida a cargo do Governo Estadual, que concluída irá beneficiar 100 mil habitantes; o tronco coletor de esgotos de Ribeirão Pires na Grande São Paulo, para o qual foram empenhados R\$ 12 milhões em 2003; obras de abastecimento de água em Santo Antônio do Descoberto em Goiás, com investimentos na ordem de R\$ 1,5 milhão.

Com referência à Ação *PAT-PROSANEAR* o governo brasileiro assinou com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - o Acordo de Empréstimo de nº 4532/BR, relativo ao Projeto de Assistência Técnica ao PROSANEAR - PAT PROSANEAR, em 19/09/2000. Os recursos do PAT-PROSANEAR são de US\$ 49 milhões, sendo US\$ 30 milhões do BIRD e US\$ 19 milhões de contrapartida não financeira da União. O objetivo fundamental da Ação é equacionar, de forma auto-sustentável, em cidades com mais de 75.000 habitantes, os problemas de saneamento ambiental nas áreas urbanas adensadas, ocupadas por famílias de baixa renda, onde as condições de infra-estrutura sejam precárias.

O prazo para a implementação do Projeto é de 4 anos, contados a partir de dez/2000, tendo sido firmados, até o momento, 06 (seis) contratos de repasse em 2001, 03 (três) em 2002 e 28 (vinte e oito) em 2003. Atualmente este Programa conta com 2 (dois) contratos de consultoria em andamento e mais 24 (vinte e quatro) a serem assinados durante o ano de 2004. O Projeto efetivou-se a partir do segundo semestre de 2002 com a formação da equipe técnica da UGP PAT - PROSANEAR. Os desembolsos com o Programa no exercício de 2003 totalizaram R\$ 1, 61 milhão.

As principais atividades desenvolvidas em 2003 buscaram dar maior eficiência à contratação dos beneficiários identificados nos anos anteriores, estimulando a assinatura dos Contratos de Repasse e agilizando os procedimentos para contratação das firmas consultoras, a partir da consolidação e padronização de todos os documentos técnicos e a implementação de instrumentos de divulgação e capacitação. Essas atividades vão possibilitar a contratação de 35 projetos que consumirão os recursos destinados ao Projeto no PPA (2004-2007), para os próximos dois anos, e beneficiar mais de 30.000 famílias.

A Ação *Programa de Ação Social em Saneamento - PASS/BID* objetiva contribuir para a redução das desigualdades sócio-econômicas mediante a melhoria dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas majoritariamente de maior concentração de pobreza, em Municípios com população Urbana entre 15.000 habitantes e 75.000 habitantes, cujos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), inferior à média nacional estejam localizados nas Regiões Norte, Nordeste, e Centro-Oeste, Estado do Espírito Santo e norte do Estado de Minas Gerais.

As negociações do acordo de empréstimo da União com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para financiamento das ações foi concluída em 2003. Em decorrência do tempo demandado no ajuste efetuado no valor do empréstimo, será necessário prorrogar a Resolução nº 001, de 23/03/02 do Senado Federal, que autorizou a União a contratar esta operação no montante de R\$ 274,2 milhões.

A Ação correspondente ao Programa de Saneamento Integrado em Pequenos Municípios - Sede Zero objetiva implantar sistemas integrados de saneamento em sedes municipais e distritais, vilas e povoados de pequenos Municípios (população abaixo de 20.000 habitantes), e provê-los de um sistema de gestão que garanta a perpetuidade e qualidade dos serviços a um preço compatível com o nível de renda da população beneficiada. O Programa será lastreado com recursos da União e do Banco Mundial - BIRD, sendo que as negociações estão sendo conduzidas pelo MCidades e pela Secretaria de Assuntos Internacionais - SEAIN, de forma que o contrato seja assinado em 2004.

Quanto à Ação *Programa de Modernização do Setor Saneamento - PMSS, na área de Assistência Técnica*, foram desenvolvidas ações de apoio a Estados, Municípios, prestadores de serviços e agências reguladoras de saneamento, compreendendo diagnósticos e estudos técnicos voltados para a organização, planejamento, reestruturação e modernização dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. No ano de 2003 foram beneficiados os Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Amazonas, Roraima e Maranhão; e os Municípios de Jaraguá do Sul, Corupá, Guarimirim, Schoeder e Massaranduba, todos em Santa Catarina, Guarulhos/SP, Porto Alegre/RS, bem como os prestadores de serviços: AGESPISA/PI, CAER/RR, CAERN/RN, CAEMA/MA, SAAE/Guarulhos, DMAE/Porto Alegre; e as agências reguladoras: ARSBAN/Natal, ARCE/CE, AGERSA / Cachoeiro do Itapemirim, Agência de Campo Grande/MS, ARSAM/AM.

Na área de Estudos e Pesquisas Nacionais, as ações tiveram como foco diagnosticar a situação do setor saneamento no país, sob diversos aspectos, propor alternativas para a sua modernização, subsidiar o Governo Federal na proposição de política e legislação setoriais, incentivar e promover o debate da questão com a sociedade organizada. Foram desenvolvidos diversos estudos, dos quais destacam-se: “Dimensionamento das Necessidades de Investimentos para a Universalização dos Serviços de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários no Brasil”; “Diagnóstico das Condições de Saneamento do Entorno de Brasília”, englobando 22 Municípios de Goiás e Minas Gerais; “Informe Analítico da Situação da Gestão Municipal de Resíduos Sólidos no Brasil”; apoio técnico à SNSA nas seguintes atividades: elaboração de proposta de Política Nacional de Saneamento Ambiental; realização da Conferência Nacional das Cidades; desenvolvimento de estudos e pesquisas no âmbito do Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água.

No que se refere ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS, o PMSS deu continuidade à administração e manutenção do sistema, destacando-se: inclusão do componente resíduos sólidos; elaboração do Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos - 2002; manutenção do sítio do SNIS na *Internet*; lançamento do Aplicativo (em CD ROM) da Série Histórico de dados - 1995 a 2001; lançamento da série de publicações Visão Geral da Prestação de Serviços de Água e Esgotos (primeiro volume, ano base 2001).

Quanto às Ações de Capacitação Técnica, foram realizadas o “VI Curso de Regulação Econômica dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário”, beneficiando 50 técnicos do setor público; apoio técnico e financeiro à Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), para a realização do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS), beneficiando 26 prestadores participantes do prêmio; preparação e lançamento, em parceria com o Ministério de Minas e Energia, por intermédio da Eletrobrás/Procel, da “Chamada Pública de Projetos Demonstrativos de Conservação e Uso Racional de Água em Sistemas de Abastecimento”, que financiará 10 projetos em todo o país, num valor total de R\$ 8,75 milhões.

Programa de Infra-Estrutura Urbana - PRÓ-INFRA

Objetiva contribuir para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, mediante a reestruturação de sua infra-estrutura urbana. Também se dirige à complementação da urbanização de assentamentos informais ocupados por população de baixa renda. Para que os Municípios sejam beneficiários do PRÓ-INFRA, devem necessariamente estar contemplado com dotação orçamentária específica no Orçamento Geral da União.

São diretrizes do Programa o atendimento à população urbana, conferindo-se prioridade às áreas ocupadas preponderantemente por famílias de baixa renda ou com elevadas taxas de mortalidade infantil, o atendimento a áreas sujeitas a fatores de risco, insalubridade ou degradação ambiental, a integração a outras intervenções ou programas da União ou de demais esferas de governo, a promoção da melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiárias, agregando-se às obras e serviços a execução de trabalho social. No exercício de 2003, foi autorizada a contratação de novas operações de crédito envolvendo o montante de R\$ 191,5 milhões, beneficiando cerca de 350.556 famílias.

Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos - PROGEST

Este Programa, criado no PPA 2002 para aumentar a cobertura dos serviços municipais de limpeza urbana na perspectiva da universalização com eficiência e sustentabilidade dos empreendimentos, teve um investimento em 2003 de R\$ 4,8 milhões do OGU. Deste total, o montante de R\$ 2,2 milhões refere-se aos 22 projetos contratados em 2002 que foram pagos em 2003, e o valor restante de R\$ 2,58 que se refere aos recursos que foram empenhados em 48 projetos de 2003, para serem executados em 2004.

Pelo componente institucional do *PROGEST*, destacam-se as seguintes atividades desenvolvidas em 2003: continuidade à Ação *Treinamento e Capacitação em Gestão de Resíduos Sólidos* na modalidade ensino à distância, que vem sendo desenvolvida desde 2001 em parceria com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, Esta Ação não teve desembolso pelo OGU no exercício de 2003, desenvolvendo-se com recursos das fichas de inscrição dos novos participantes. Além disto, a SNSA concluiu na área de resíduos sólidos dois importantes trabalhos com recursos do PMSS - Projeto de Modernização do Setor de Saneamento: o primeiro refere-se a implantação da primeira etapa da estruturação de um banco de dados e de indicadores para o componente resíduos sólidos do Sistema Nacional de Informações em Saneamento - SNIS/RS, incluindo a operacionalização da coleta de dados dos Municípios da primeira amostra, e o segundo consiste no diagnóstico analítico de resíduos sólidos com dados do Brasil para a 1ª Avaliação Regional dos Serviços Municipais de Resíduos Sólidos - 2002 nos

países da América Latina e Caribe, executado pela SNSA com o apoio da OPAS/OMS e a colaboração do IBGE e de outras instituições públicas e privadas atuantes em resíduos sólidos (MMA, FUNASA, CAIXA -ASSEMAE, ABES/ Comitê de Resíduos Sólidos, etc).

Em função da proposta do atual governo de unificar as ações de saneamento ambiental mediante programas compartilhados, especialmente voltados para a inclusão social, redução das desigualdades regionais e promoção da cidadania, o PROGEST começou a ser reformulado em 2003, tendo como foco preponderante a inclusão social dos catadores em programas de coleta seletiva e o encerramento de lixões. Com este objetivo, foi instituído pelo governo, sob a coordenação compartilhada entre o MCidades e o MESA, o Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Lixo para implementar o Projeto Interministerial Lixo e Cidadania: Combate à Fome associado à Inclusão Social dos Catadores e à Erradicação de Lixões. Como atividade principal deste projeto em 2003, o Ministério, por meio da SNSA, formalizou um Acordo de Cooperação com o MESA e um convênio com a ONG Água e Vida, no valor de R\$ 193 mil, para apoiar os Municípios no desenvolvimento das ações previstas nos objetivos do referido Projeto Interministerial.

Gestão Urbana e Metropolitana

Tem como objetivo aumentar a eficiência e a eficácia da gestão urbana e metropolitana, possui três ações no âmbito do PPA 2000-2003.

Na Ação *Estudos para Formulação de Planos Municipais de Desenvolvimento Urbano Sustentável*, utilizam-se recursos do OGU a fundo perdido para apoiar financeiramente e tecnicamente as prefeituras para a elaboração de seus Planos Diretores Municipais, em acordo com a Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto das Cidades). Foi possível executar praticamente a totalidade dos recursos orçamentários de 2003 (99,3%), tendo sido contratado 8 Planos Diretores, no valor de R\$ 589,5 mil. Em virtude da complexidade e do longo período demandado para a elaboração de um plano diretor participativo, só serão finalizados no exercício de 2004. Outras duas demandas municipais para apoio à elaboração de planos diretores foram atendidas no âmbito do Programa infra-estrutura urbana.

Uma alteração fundamental na estratégia de atuação do Programa, foi o direcionamento de esforços para a capacitação de técnicos municipais, estaduais e de órgãos federais para a elaboração e acompanhamento de Planos Diretores, por intermédio de Oficinas de Sensibilização e Capacitação. Foram capacitados técnicos de diversos Municípios, envolvendo: 16 Municípios na região do Cariri, na Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas; 18 Municípios do Piauí, em parceria com o Governo do Estado (Secretaria das Cidades); em conjunto com o Ministério do Turismo, foram capacitados gerentes estaduais do Prodetur e do Banco do Nordeste, equipes dos Municípios e dos Estados envolvidos com o Programa de Desenvolvimento do Turismo - Prodetur, Bancos do Brasil e do Nordeste; no Maranhão, em conjunto com o governo do Estado (Gerência de Desenvolvimento das Cidades e Municípios) foram capacitados técnicos de órgãos estaduais, de universidades e dos maiores Municípios do Estado; com o apoio do Governo do Estado do Paraná (ParanáCidades e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano), foram envolvidos órgãos do Estado, universidades e os representantes das 18 associações microrregionais de Municípios do Estado do Paraná; em Mariana foi realizada capacitação de técnicos de Municípios com sítios históricos urbanos de todo o país, além de técnicos do Iphan/MC; em Santa Catarina foram capacitados técnicos de Municípios com menos de 10 mil hab; no Acre, em parceria com o governo do Estado foram capacitados técnicos de 13 dos 27 Municípios do Estado.

No intuito de evitar duplicidade, otimizar a utilização dos recursos e articular as ações do Governo Federal no tocante ao apoio à Elaboração de Planos Diretores Municipais, cujas iniciativas coexistem em diversos ministérios com enfoques e públicos diferenciados, a gerência tem buscado estabelecer parcerias com os demais órgãos federais envolvidos no tema. O primeiro esforço foi a construção de um termo de referência único para todos os programas, que consolide e unifique as intenções, diretrizes e princípios a serem observados na elaboração dos Planos Diretores pelos Municípios, em consonância com o Estatuto das Cidades. A segunda linha de Ação envolve a materialização efetiva das parcerias no âmbito do Governo Federal, na qual encontra-se em fase final de elaboração os convênios com: o Ministério da Cultura (Bid/Monumenta) envolvendo R\$ 1 milhão para planos diretores em cidades com patrimônio histórico tombado; o Ministério do Meio Ambiente, envolvendo recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente que poderão ser implementados para planos diretores integrados à Agenda 21, da ordem de R\$ 10 milhões; o Ministério do Turismo - recursos para planos diretores dos Municípios do Prodetur II/Nordeste e parceria com o Ministério da Fazenda/CAIXA - R\$ 30 milhões para elaboração de planos diretores com a revisão do PNAFM (Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios).

Outro item que merece destaque é a revisão dos normativos do Programa, a partir da qual, em parceria com o agente operador, busca-se aperfeiçoar e divulgar os critérios de seleção dos beneficiários, as diretrizes, componentes, modalidades e aspectos a serem observados na elaboração dos Planos, além de aprimorar os aspectos operacionais da relação MCidades-CAIXA-Município.

No tocante aos aspectos operacionais, também se verificou a necessidade de capacitação das equipes da Caixa envolvidas na operacionalização, que são os técnicos que efetivamente mantêm contato direto com os Municípios beneficiários, visando a disseminação dos novos conceitos, diretrizes e aspectos a serem observados no acompanhamento e na elaboração dos planos, assim como promover a homogeneização de procedimentos entre as unidades regionais da CAIXA.

A partir dos recursos disponíveis, a preocupação quanto à sua distribuição regional em face do volume de demandas regionalmente apresentadas assumiu um parâmetro redistributivo, buscando-se atender a todas as regiões. Neste intuito, observa-se que as regiões sudeste e sul apresentaram demandas de 25 Municípios, e tiveram 5 Municípios atendidos, enquanto as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram demandas de 10 Municípios, e também tiveram 5 Municípios atendidos. O quadro abaixo apresenta uma síntese por grandes regiões das demandas apresentadas e atendidas pelo Programa na sistemática 2003:

PROGRAMA GESTÃO URBANA E METROPOLITANA - SISTEMÁTICA 2003
DEMANDAS POR REGIÃO

REGIÃO	ENQUADRADAS	CONSULTAS APRESENTADAS
NORTE	1	3
NORDESTE	3	5
SUDESTE	4	14
SUL	1	11
CENTRO-OESTE	1	2
TOTAL	10	35

Fonte: Secretaria Nacional de Programas Urbanos / M Cidades

Gestão Da Política De Desenvolvimento Urbano

Em virtude da criação do novo Ministério, o Programa vem sofrendo uma série de reformulações ao longo de 2003. Dentre as principais ações do Programa, no âmbito da Ação *Implantação de Sistema Nacional de Informações Urbanas – SNIU*, foram realizados estudos no intuito de aperfeiçoar o escopo de conceitos, definições metodológicas, seleções de variáveis e indicadores com as respectivas fontes de informação de dados primários para diversos campos temáticos do SNIU. O Sistema está sendo alimentado com novas informações, em especial, nas áreas de saneamento, demografia e habitação.

O Ministério está implementando uma nova maneira de enfrentar os problemas de transporte e trânsito das cidades brasileiras, a partir da identificação e reconhecimento da existência da crise de mobilidade urbana, que engloba e amplia essas questões, incorporando novas dimensões da problemática urbana para enfrentar o desafio do desenvolvimento sustentável e socialmente justo.

Trata-se de reconhecer que os problemas de transporte e trânsito não podem ser resolvidos no círculo restrito a este setor, mas integrado ao círculo mais amplo do desenvolvimento urbano, considerando as interações complexas com o uso e a ocupação do solo, com as macro-funções urbanas de habitação, trabalho e lazer, com os demais serviços urbanos e com os grandes equipamentos urbanos de uso coletivo.

Essa nova visão incorpora os aspectos econômicos e sociais da crise mobilidade, uma vez que a relação entre a exclusão de grande parcela da população urbana do acesso ao trabalho, lazer, educação, saúde e cultura e a baixa renda das populações das periferias metropolitanas está muito bem caracterizada nos estudos e pesquisas sobre esta questão.

A Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SEMOB trabalhou na revisão da Proposta de Política Nacional para o Transporte Urbano, da incorporação do conceito de mobilidade urbana sustentável e do seu alinhamento com a Política de Desenvolvimento Urbano do MCidades em parceria com o Congresso Nacional e as entidades representativas do segmento do transporte urbano.

Foi lançado o *PRÓ-TRANSPORTE*, Programa de apoio às prefeituras, Estados e operadores privados que buscam recursos para obras de infra-estrutura para o transporte público, concebidas segundo critérios que resultem na melhoria da mobilidade urbana, tais como a prioridade no uso das vias, o aumento da acessibilidade

e da fluidez do transporte coletivo. Financiado com recursos do FGTS, conforme a Resolução 409 do Conselho Curador do FGTS de 26/11/2002 e recursos de R\$ 600 milhões ao ano para o quadriênio de 2004 a 2007.

Ainda em 2003 o Ministério recebeu propostas para contratação nesse Programa, por intermédio de 62 cartas consultas oriundas de 56 de órgãos públicos, no valor de R\$ 625,1 milhões, de 06 de empresas privadas, no valor de R\$ 12,6 milhões, totalizando R\$ 637,7 milhões.

Criou a Ação *Apoio a Projetos de Circulação Não-motorizados* no sentido de se rever o uso do automóvel, a democratização do uso do espaço público e a dimensão da solidariedade; incentivar o uso do transporte coletivo; alinhar em relação às políticas ambientais. Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, a SEMOB apoiou a III Jornada Brasileira “Na Cidade Sem Meu Carro” organizada pelo Instituto da Mobilidade Sustentável RUA VIVA. Participaram desta III Jornada 30 cidades, das quais 23 formalizaram a adesão e cumpriram as metas estabelecidas e 7 apoiaram o evento adotando parte do Programa proposto.

A SEMOB criou também a Ação Apoio a Projetos de Acessibilidade para pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência. Nessa linha, foi realizada pesquisa nacional sobre o acesso de pessoas com deficiência aos sistemas de transporte coletivo em 437 Municípios, acima de 60 mil habitantes, com o objetivo de quantificar e caracterizar os serviços disponíveis no Brasil. Mais de 100 Municípios já encaminharam o questionário. Além disso, elaborou Cartilha para divulgação de informações técnicas que auxiliarão os Municípios na implantação de projetos de acessibilidade e reuniões de trabalho com entidades que promovem a inclusão social das pessoas com deficiência.

A partir de janeiro de 2003, o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN foi remanejado do Ministério da Justiça para o Ministério das Cidades, ficando vinculado diretamente à Secretaria Executiva.

O Programa Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAL foi criado para possibilitar o controle dos registros automotores, reboques e semi-reboques, através da conectividade do ambiente computacional central aos sistemas dos 27 Departamentos Estaduais de Trânsito e do Distrito Federal - DETRAN, independentemente das plataformas tecnológicas por eles utilizadas, por meio de processamento cooperativo, em tempo real, visando, dentre outros objetivos, o combate ao roubo e furto de veículos do território nacional.

O sistema RENAVAL é composto por módulos, cada um com uma função específica para atender as diversas necessidades das entidades que participam do Sistema Nacional de Trânsito - SNT. Possui em seu cadastro os dados de 36 milhões de veículos, que compõem a frota nacional. Foram realizadas, aproximadamente, 112 milhões de consultas a essas informações, durante o exercício de 2003.

Deve-se também mencionar o Registro Nacional de Infrações de Trânsito - RENAINF, anteriormente concebido, porém, não totalmente implementado. O novo modelo elaborado pelo DENATRAN, em parceria com o SERPRO e vários DETRAN's, reunirá todas as notificações de infrações de trânsito e permitirá que todos os órgãos e entidades executivas de trânsito possam registrar e compensar as multas até meados de 2004. Esse sistema permitirá que motoristas que cometam infrações fora do domicílio de registro dos veículos, sejam efetivamente multados acabando, assim, com a sensação de impunidade além de aumentar em cerca de 30% a arrecadação.

O Programa Registro Nacional de Carteiras de Habilitação - RENACH caracteriza-se pela integração entre a esfera estadual, Distrito Federal (DETRAN), responsáveis pela administração dos dados dos indivíduos afetos e sua jurisdição e a esfera federal (DENATRAN), responsável final sobre a aplicação das leis e normas reguladoras do trânsito.

O Sistema RENACH processa dados, tornando compatíveis as informações disponíveis na Base Índice Nacional de Condutores - BINCO, com as atualizações cadastrais sobre os cidadãos condutores de veículos automotores cadastrados pelos DETRAN's nas Bases de Dados localizadas nas Companhias Estaduais de Processamento de Dados, ou nos próprios DETRAN's. Este processamento tratará os dados fornecidos pelos DETRAN's, efetuando sua consistência com os localizados na Base Índice Nacional de Condutores, atualizando-os e fornecendo informações às Bases de Dados Estaduais e do Distrito Federal. Possui em seu cadastro os dados de 37 milhões de condutores habilitados em todo o território nacional para os quais teve, aproximadamente, 61 milhões de consultas realizadas durante o exercício de 2003.

Na Ação *Apoio a Projetos Intersetoriais de Prevenção de Acidentes* foram realizadas campanhas educativas para conter o número elevado de acidentes e óbitos, alertando e educando a população na prevenção de acidentes de trânsito. Destacam-se as campanhas da Semana Nacional de Trânsito, intitulada “Dê Preferência à

Vida” e a Campanha de Fim de Ano intitulada “Álcool e Velocidade”. Essas foram assistidas por cerca de 140 milhões de pessoas num universo de pedestres, condutores de veículos e profissionais, agentes passivos e ativos do trânsito.

Em 2003, na Ação *Implantação da Municipalização do Trânsito*, foram integrados 80 Municípios ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT, além da contínua assistência àqueles já municipalizados, totalizando 576 Municípios integrados, representando cerca de 72 % da frota nacional controlada pelo referido sistema, proporcionando maior segurança, mobilidade e fluidez para o trânsito e beneficiando 56% da população brasileira.

Foi realizado o III Prêmio DENATRAN de Educação para o Trânsito na Ação Campanha Educativa para Prevenção de Acidentes de Trânsito que tem por finalidade incentivar o debate e a discussão sobre a problemática do trânsito, procurando difundir e prestigiar as melhores idéias e práticas educacionais voltadas à consolidação dos valores da vida, da paz e da convivência civilizada. Ao todo, inscreveram-se 8.500 participantes, sendo premiados alunos de educação infantil, alunos de 1ª e 2ª séries, alunos de 3ª e 4ª séries, alunos de 5ª a 8ª séries, incluindo alunos da educação especial, alunos de ensino médio, universitários, imprensa, educadores de estabelecimento de ensino público ou particular, educadores de órgãos executivos e entidades e educadores do SNT.

Foi elaborado o modelo do Sistema de Inspeção de Segurança Veicular por um Grupo de Trabalho constituído por representantes do Ministério das Cidades, da Ciência e Tecnologia dos Transportes e do Meio Ambiente, após uma ampla consulta à comunidade técnica, órgãos de trânsito, sociedade civil organizada e cidadãos comuns, mediante a realização de Consultas Públicas em cinco capitais e no Distrito Federal. A implementação do *Programa de Inspeção Veicular* visa atender a uma determinação do Código de Trânsito Brasileiro - CTB e possibilitará efetiva redução do número de acidentes de trânsito.

A Companhia Brasileira de Transporte Urbano - CBTU, no contexto de suas atribuições de coordenar o desenvolvimento dos projetos de modernização / implantação de sistemas metroferroviários, em sua totalidade ou em parte, é amparada com recursos da União, e a administração dos sistemas de trens urbanos, cuja operação ainda se encontra sob gestão da União / CBTU, sendo as principais ações desenvolvidas no exercício de 2003:

A Ação *Implantação dos Trechos Recife-Cajueiro Seco e Tip-Timbi (Rodoviária - Camaragibe) do Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE* é amparada com recursos de financiamento do BIRD e contrapartida da União, objetivando a implantação das Linhas Sul e Centro do Metrô de Recife.

Como principais realizações no exercício de 2003 destacam-se: o término da implantação da superestrutura ferroviária no trecho Recife - Cajueiro Seco; a conclusão da rede aérea no segmento Recife - Imbiribeira; a realização do complexo remanejamento de sistemas no trecho comum das duas Linhas, entre Recife e Joana Bezerra; início da implantação do sistema de telecomunicações no trecho TIP-Timbi e do projeto do sistema de sinalização; a conclusão dos serviços de revisão geral e climatização (instalação de ar condicionado) de 2 TUE (trens unidades elétricas). Estas realizações propiciaram um avanço físico da Ação no ano de 2003 de 5,0%, levando o total executado acumulado a 74,0%.

O trecho TIP-Timbi (Rodoviária - Camaragibe) já está em operação parcial transportando cerca de 14,0 mil passageiros por dia. O sistema do Metrô de Recife transportou no ano de 2003 um total de 48,3 milhões de passageiros, com média de 148,9 mil passageiros por dia.

A Ação *Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho* do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte- MG objetiva a implantação da Linha 1 do Metrô de Belo Horizonte, sendo amparada com recursos do Tesouro, financiamento do BIRD e contrapartida da União.

Pode-se destacar como principais realizações, que corresponderam a um avanço físico de 0,5% no exercício, totalizando 89,8% de progresso físico da Ação ao final de 2003: a continuidade da construção do terminal de integração da estação José Cândido da Silveira, das obras do saguão subterrâneo da estação Central e das obras civis no entorno da estação Santa Efigênia; recebimento de 85% dos equipamentos importados e 50% dos equipamentos nacionais do sistema de sinalização automática no sub-trecho São Gabriel - Vilarinho; a instalação, e já em funcionamento, das escadas rolantes e de 19 dos 20 elevadores previstos nas estações; a implantação do sistema de controle de tráfego por área (CTA) na cidade de Belo Horizonte, já ativo nos 263 cruzamentos previstos, tendo em dezembro entrado em operação os painéis de mensagem variável.

O trecho Eldorado - Vilarinho encontra-se operando, sendo que o sub-trecho São Gabriel -

Vilarinho está em operação parcial, dependendo do término da instalação do sistema de sinalização automática para início da operação plena. Em 2003 foram transportados um total de 30,9 milhões de passageiros, com média de 102,7 mil passageiros por dia.

A Ação *Implantação do Trecho Barreiro-Calafate-Hospitais* do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG tem como objetivo implantar a Linha 2 do Metrô de Belo Horizonte, em duas etapas, sendo que a primeira, entre Barreiro e Calafate, com 10 km de extensão, já se encontra com as obras civis em andamento. A segunda etapa entre Calafate e Hospitais, com extensão de 6,5 km, encontra-se ainda em fase de estudos para início da elaboração dos projetos. A implantação da primeira etapa foi iniciada em 1998, sendo integralmente amparada com recursos da União, já apresentando uma evolução física acumulada até 2003 de 7,4%.

As dificuldades enfrentadas pelo Governo Federal na liberação de limites de execução orçamentária no exercício, não possibilitaram a continuidade das obras e fornecimentos. A LOA 2003 destinou para esta Ação R\$31.554,0 mil, tendo sido disponibilizados R\$273,3 mil, integralmente aplicados para manter a faixa de domínio preservada, evitando a degradação das obras já executadas.

A Ação *Implantação dos Trechos Lapa-Pirajá e Calçada - Paripe* do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA tem por fim a implantação da 1ª etapa do Metrô de Salvador, contemplando a construção de 11,9 km de via dupla no trecho Lapa - Pirajá e, também, a realização de um conjunto de intervenções físicas para modernização do sistema de trens do subúrbio no trecho Calçada - Paripe, já existente e em operação. Conta, para tal, com recursos de financiamento do BIRD, contrapartida da União e, também, recursos do Estado da Bahia e da Prefeitura de Salvador, que buscam ainda parcerias com a iniciativa privada. No trecho Lapa - Pirajá o progresso físico das obras já atingiu 34,0% ao final de 2003. Pode-se destacar como principais realizações, que corresponderam a um avanço físico de 5% no exercício de 2003: a continuidade das escavações no túnel até seu vazamento e a conclusão de mais 150 casas, cujas famílias afetadas pelas desapropriações necessárias a execução da obra já estão reassentadas.

Foi relevante, também, a assinatura do contrato para fornecimento de seis trens para o metrô de Salvador, com valor equivalente a US\$ 33,3 milhões, com recursos do Estado da Bahia e da Prefeitura de Salvador;

No trecho Calçada - Paripe, o trem de subúrbio em operação transportou 4,3 milhões passageiros em 2003, com média de 14,7 mil passageiros por dia. No que se refere às intervenções para sua modernização, cuja evolução física acumulada até 2003 já atingiu 7,1%, destacaram-se as seguintes realizações, que corresponderam a um avanço físico de 2,1% no exercício de 2003: concluídos os Projetos Básicos e Estudo de Viabilidade para um novo Sistema; em andamento a licitação para serviços de substituição da Ponte São João, a modernização da estação Lobato, a recuperação da rede aérea e melhoramentos nas estações; concluídos e formalizados os entendimentos para transferência de 3 TUE da CPTM para a STU/SAL, bem como a internalização dos equipamentos de sinalização.

A Ação *Implantação do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza Trecho Caucaia - Vila das Flores (Linha Sul a Linha Oeste)* - CE tem por fim a implantação do Metrô de Fortaleza, que no seu 1º estágio, com intervenções de modernização na Linha Sul do sistema de trens urbanos de Fortaleza, conta com recursos de financiamento do Japan Bank for International Cooperation - JBIC e, também, com recursos do Estado do Ceará, que busca ainda parcerias com a iniciativa privada. Para o 2º estágio, as intervenções de modernização na Linha Oeste estarão amparadas por recursos do contrato de financiamento firmado com o BIRD e a respectiva contrapartida da União.

No Programa de intervenções para modernização na Linha Sul o avanço físico acumulado da Ação, até 2003, é de 31,5%. As dificuldades enfrentadas pelos Governos, Federal e local, na liberação de limites de execução orçamentária no exercício, não possibilitaram a continuidade das obras e fornecimentos, que permaneceram paralisados, uma vez que os recursos disponibilizados não foram suficientes para quitar todas as obras realizadas em 2002. Além de ampararem parcialmente os custos já incorridos na obra, parte dos recursos de 2003, que possibilitaram um avanço físico no ano de 1,8%, foram destinados a amparar custos relativos a atividades não programadas, devido a necessidade de manutenção e segurança das obras já realizadas ao longo do trecho; remanejamentos de interferências com serviços públicos e finalização das desapropriações; custear o serviço de ônibus fretado, necessário para garantir a mobilidade dos usuários do sistema ferroviário, paralisado no trecho entre Vila das Flores e Aracape para possibilitar a implantação da obra. Não foram ainda iniciadas as atividades previstas no Programa para modernização da Linha Oeste, uma vez que não houve liberação de limite orçamentário para tal.

A Ação *Cumprimento de Obrigações de Investimentos da União* no Sistema de Trens Urbanos do

Rio de Janeiro - RJ, vinculada ao Programa de Descentralização do sistema de trens urbanos do Rio de Janeiro, cuja estadualização de sua gestão ocorreu em 1994, compõe-se de duas programações distintas.

O Programa CBTU - BIRD / RJ, amparado com financiamento do BIRD e contrapartida da União, apresenta evolução física acumulada de 99,7%, ressaltando-se que o BIRD encerrou sua participação no Projeto em janeiro de 2001. O outro Programa da Ação, acordado quando da regionalização do sistema de trens urbanos do Rio de Janeiro, compõe-se da recuperação de 36 TUE, para Série 1000, e apresenta uma execução física acumulada de 72% até 2003, já tendo sido entregues para operação 26 TUE.

Na Ação como um todo, obteve-se um avanço físico de 0,2% no ano de 2003, elevando o total acumulado para 91,0%. Os recursos orçamentários destinados à recuperação do sistema do Rio de Janeiro foram integralmente executados na aquisição de equipamentos e continuidade da recuperação dos TUE da Série 1000.

A Ação *Cumprimento de Obrigações de Investimentos da União* no Sistema de Trens Urbanos de São Paulo-SP, vinculada ao Programa de Descentralização do sistema de trens urbanos de São Paulo, cuja estadualização de sua gestão ocorreu em 1994, compõe-se de duas programações distintas. A primeira, o Programa CBTU - BIRD / SP, contou com recursos de financiamento do BIRD e contrapartida da União. O segundo Programa, acordado quando da regionalização do sistema e amparado apenas com recursos do Tesouro, prevê um conjunto de intervenções para o aumento da potência elétrica de tração dos trens na Linha Leste. Iniciada em 1994, a Ação teve a participação financeira do BIRD encerrada em 1998, sendo a totalidade dos recursos de investimentos aplicada até 2001 e sua execução física concluída em 2003.

A CBTU opera os sistemas de trens urbanos de Recife, Belo Horizonte, Salvador, Natal, João Pessoa e Maceió. No desenvolvimento da Ação Manutenção e Operação dos Sistemas de Transporte Ferroviário de Passageiros, como gestora da administração, manutenção e operação daqueles sistemas, a CBTU, em 2003, ofertou 209,1 mil viagens e atendeu a uma demanda de 89,4 milhões de passageiros, com uma média de 287,3 mil passageiros transportados por dia. Este resultado significou um crescimento de 11,8%, relativamente ao volume total de passageiros transportados em 2002.

Este crescimento global da demanda atendida foi fruto, principalmente, da melhoria da regularidade e confiabilidade na operação dos sistemas, da modicidade das tarifas do trem, especialmente se comparadas às dos ônibus com mesmo percurso, e do início da operação, mesmo de forma parcial, dos trechos TIP - Timbi, em Recife, e São Gabriel - Vilarinho, em Belo Horizonte.

PASSAGEIROS TRANSPORTADOS EM 2003

UNIDADE OPERADORA	TOTAL	MÉDIA DIA ÚTIL
RECIFE / LINHA CENTRO	47.386,1	145,5
RECIFE / LINHA SUL	942,7	3,4
BELO HORIZONTE	30.925,0	102,7
SALVADOR	4.258,9	14,7
NATAL	2.261,7	7,9
JOÃO PESSOA	2.049,9	7,1
MACEIÓ	1.611,1	6,0
CBTU	89.435,4	287,3

Fonte: CBTU

Os recursos desta atividade são aplicados nas despesas inerentes ao custeio dos sistemas para a prestação do serviço de transporte. A execução desta Ação propiciou também uma arrecadação de receita própria de R\$ 44.864,0 mil, 19% superior àquela apurada em 2002, resultado decorrente das intervenções que geraram o crescimento da demanda transportada e também, em menor proporção, do reajuste tarifário, aplicado em janeiro de 2003, nos sistemas de João Pessoa e Maceió, passando o valor da tarifa de R\$0,40 para R\$0,50.